

32º Encontro da ANPOCS

GT 28 – Partidos e sistema partidários

Sessão 2 – 1º trabalho

Partidos políticos e alianças em eleições municipais: ideologia ou pragmatismo?

Humberto Dantas

2008

Partidos políticos e alianças em eleições municipais: ideologia ou pragmatismo?

Humberto Dantas¹

Apresentação

A Ciência Política brasileira tem reservado especial atenção à análise da institucionalização e da nacionalização do quadro partidário do país após a década de 80 do século passado. Diversos pesquisadores utilizam diferentes argumentos e metodologias para comprovar o funcionamento coerente ou a fragilidade dos partidos políticos brasileiros e do sistema partidário nacional. O principal intuito de parte dos trabalhos é desvendar uma lógica que explique a consolidação da atuação dos partidos no país, mostrando aspectos que pesam positiva ou negativamente para a institucionalização ou nacionalização desse conjunto. Em alguns casos é possível notar a defesa pontual de algumas legendas, consideradas mais consistentes ou alinhadas a aspectos ideológicos ou programáticos.

As análises se concentram em variáveis relacionadas ao alinhamento dos partidos: no espectro ideológico²; em votações e resultados eleitorais em determinados períodos; em pesquisas de opinião com eleitores; em votações no interior do Poder Legislativo com o intuito de medir a coesão partidária e o comportamento dos parlamentares; e na legislação que rege a disputa eleitoral, capaz de explicar a conduta dos partidos na arena política.

Entre as variáveis disponíveis para a análise dos partidos políticos no Brasil estão as coligações eleitorais. O objetivo desse trabalho é compreender se as coligações municipais

¹ Humberto Dantas é doutor em Ciência Política pela USP e professor do Centro Universitário São Camilo. Esse trabalho guarda relação direta com parte de tese de doutorado defendida em 10 de dezembro de 2007, sob orientação da Prof.^a Dra. Maria D'Alva Kinzo e título: Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004

² No que diz respeito à divisão dos partidos de acordo com a questão ideológica, à direita serão considerados: o PP (Partido Progressista) e suas variações, o PFL (Partido da Frente Liberal), o PL (Partido Liberal) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Como legendas de centro estão posicionadas: o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Por fim, como partidos de esquerda estão: o PPS (Partido Popular Socialista), o PDT (Partido Democrata Trabalhista), o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

celebradas entre as eleições de 2000 e 2004 guardam alguma relação com aspectos de ordem ideológica ou se fazem parte de um conjunto de estratégias mais atreladas ao pragmatismo eleitoral.

A escolha dos Partidos Políticos e a complexidade municipal

Destacado que o objetivo desse estudo é entender a lógica das coligações em eleições municipais, serão descartadas das abordagens as legendas consideradas pequenas, uma vez que parte expressiva delas têm relevância próxima de zero no cenário político nacional. Para evitar, inclusive, qualquer problema analítico, tais organizações não serão consideradas sequer como sugerido por Figueiredo e Limongi (1995): PPE (pequenos partidos de esquerda) e PPD (pequenos partidos de direita)³. Isso porque o comportamento distinto nos acordos celebrados por essas organizações nos municípios pode resultar em distorções e dificuldades adicionais nas análises. Os critérios de seleção das legendas analisadas estão relacionados às cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, no total de cidades em que os partidos disputam prefeituras e no total de governos municipais conquistados. Ao todo serão destacados os dez partidos políticos apontados anteriormente: PP(B), PFL, PL, PTB, PMDB, PSDB, PPS, PDT, PSB e PT, seguindo a lógica adotada em Dantas (2007). A tabela 1 reforça essa escolha metodológica no que diz respeito ao âmbito municipal, além de mostrar a importância das coligações nas estratégias partidárias.

³ Sobre a celebração de alianças de pequenos partidos nas eleições municipais de 2000 e 2004, ver Dantas e Praça (2007).

Tabela 1 – Quantidade de prefeituras conquistadas por partido selecionado

Partidos	2000			2004		
	Prefeituras	Coligado	Sozinho	Prefeituras	Coligado	Sozinho
PPB / PP	617	494	123	550	516	34
PFL	1.029	890	139	793	751	42
PL	234	217	17	382	370	12
PTB	397	359	38	422	401	21
PMDB	1.255	1.041	214	1.056	954	102
PSDB	989	885	104	875	833	42
PPS	166	151	15	304	294	10
PDT	289	257	32	304	288	16
PSB	133	122	11	174	167	7
PT	187	150	37	412	368	44
TOTAL	5.296	4.566	730	5.272	4.942	330
	95,25% dos municípios	86,21% do total	13,78% do total	94,77% dos municípios	93,74% do total	6,26% do total

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - em Dantas (2007)

É possível notar que nas eleições de 2000 aproximadamente 95% das prefeituras foram conquistadas pelas legendas selecionadas, percentual mantido nas disputas de 2004. Assim, não fere a representatividade excluir os demais partidos do estudo. Reforça essa idéia a substituição do número de cidades pelo total de eleitores. Se o cálculo da relevância considerar o eleitorado de cada município conquistado, o percentual de abrangência das dez principais legendas aumentará para 96,6% em 2000 e aproximadamente 95,4% em 2004.

No que diz respeito à representatividade dos dez maiores partidos nas alianças para a disputa das prefeituras brasileiras, o grupo esteve presente com uma ou mais legendas em 98,6% das coligações em 2000, e 97,5% dos acordos em 2004. Dois ou mais grandes partidos unidos somaram cerca de 89,0% dos acordos em 2000 e 88,2% em 2004. Enquanto isso, em 2000, mais de 55% das uniões não registraram a presença dos pequenos partidos, percentual equivalente a 46% em 2004. Tal cenário aponta a expressão do grupo selecionado

para a análise, e reforça a relevância das coligações na estratégia das legendas⁴. O percentual de vitórias dos candidatos dos partidos analisados é maior quando as coligações são utilizadas. Em 2000, aproximadamente 86,2% dos prefeitos eleitos estavam aliados a outras legendas, esse percentual sobe para 93,7% em 2004, atestando a importância dos acordos.

Destaca-se também que é pouco significativo o percentual de alianças celebradas apenas entre uma grande legenda e os pequenos partidos deixados à margem desse trabalho. Em nenhum caso mostrado esse número ultrapassa os 9% de representatividade sobre o conjunto dos acordos de cada um dos dez grandes partidos selecionados. Exceção feita ao PT, esse percentual sequer ultrapassa quatro pontos. Além disso, é importante salientar um dado: em mais de dois terços de todos os acordos que contêm apenas um grande partido e pequenas legendas, a candidatura é encabeçada por esse partido maior⁵.

A verificação das tendências ideológicas no comportamento municipal dos partidos que disputam as eleições majoritárias é tarefa de extrema complexidade. O desafio de compreender a configuração dos acordos eleitorais em municípios brasileiros representa a análise de 5.560 eleições em 2000 e 5.563 no ano de 2004. A tabela 2 apresenta dados que dimensionam o cenário trabalhado. É possível notar a existência de mais de 15.000 candidaturas e 11.000 alianças em cada processo eleitoral, o que representa uma média próxima a 2,5 candidatos por cidade. Tais resultados parecem reforçar a escolha de um conjunto limitado de legendas, com o objetivo de tornar o cenário mais inteligível.

⁴ Corroborar a decisão acima o fato de os partidos deixados de lado nesse estudo não terem ultrapassado, individualmente, percentuais superiores a 25% de participação nos municípios brasileiros nas duas eleições, não terem lançado número superior a 300 candidatos em ambas as disputas e não terem conquistado, cada um, nas duas eleições, 100 prefeituras.

⁵ Outro dado que corrobora a baixa representatividade dos pequenos partidos nas eleições municipais é o percentual de cadeiras conquistadas nas eleições proporcionais. Somadas, as vinte pequenas legendas que disputaram as eleições de 2000 conquistaram 8,8% das vagas nos legislativos municipais. Esse percentual aumenta discretamente em 2004, registrando 10,5% entre os dezessete partidos pequenos, algo ainda pouco representativo. Assim, parte significativa das presenças dos pequenos partidos nas alianças não pode ser compreendida como fator fundamental.

Tabela 2 – Informações gerais sobre as eleições municipais – 2000 e 2004

	2000	2004
Total de municípios no Brasil	5.560	5.563
Total de candidatos a prefeito	15.032	15.720
Total de Candidatos por coligações	11.070	12.637
% das coligações sobre o total	73,64%	80,39%
Média de candidatos por município	2,70	2,83
Partidos por coligação	3,58	4,20
Partidos aptos para as disputas	30	27

Obs. O Distrito Federal e Brasília foram desconsiderados por não terem eleições municipais.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - em Dantas (2007)

Análise das coligações com base no espectro ideológico

Foi possível descrever a complexidade do universo de milhares de alianças e a relevância dos dez maiores partidos nacionais nas eleições municipais, o que justifica a escolha dessas organizações para a análise da lógica das coligações em disputas majoritárias locais. A partir desse momento, o principal objetivo será analisar as coligações municipais tomando por base as alianças que ocorrem em torno de questões ideológicas, ou seja, se os acordos são consistentes⁶ – termo utilizado por Schmitt (1999).

A existência de lógica nas coligações também será testada de acordo com o porte das cidades, seguindo modelo sugerido por Braga (2003). Se a tese da autora estiver correta é possível esperar, nos municípios com um número maior de eleitores, que os partidos apresentem um comportamento mais condizente com seus organismos nacionais, enquanto nas menores cidades esta tendência não se repete. Tais argumentos são reforçados, de acordo com questões apresentadas por Dantas (2007), por alguns regimentos partidários e por legislações que deixaram de vigorar. Esses documentos tratavam da importância de um olhar mais acurado dos partidos nas alianças celebradas em cidades maiores.

⁶ Consistentes são as alianças celebradas entre partidos do mesmo posicionamento no espectro ideológico, meio consistentes são os acordos entre um dos extremos e o centro, e inconsistentes são as coligações entre todos os pontos do espectro ou entre os seus extremos.

A análise inicial das coligações tomará por base um universo que contém 9.853 alianças em 2000 e 11.149 acordos em 2004. Esses totais se referem ao número de uniões celebradas por pelo menos dois dos grandes partidos selecionados. O ordenamento ideológico dos partidos respeitará, como observado anteriormente, tese bastante aceita na Ciência Política brasileira, a despeito de possíveis reclassificações. À esquerda o PT, o PSB, o PDT e o PPS. Ao centro o PMDB e o PSDB. À direita o PP(B), o PFL, o PL e o PTB.

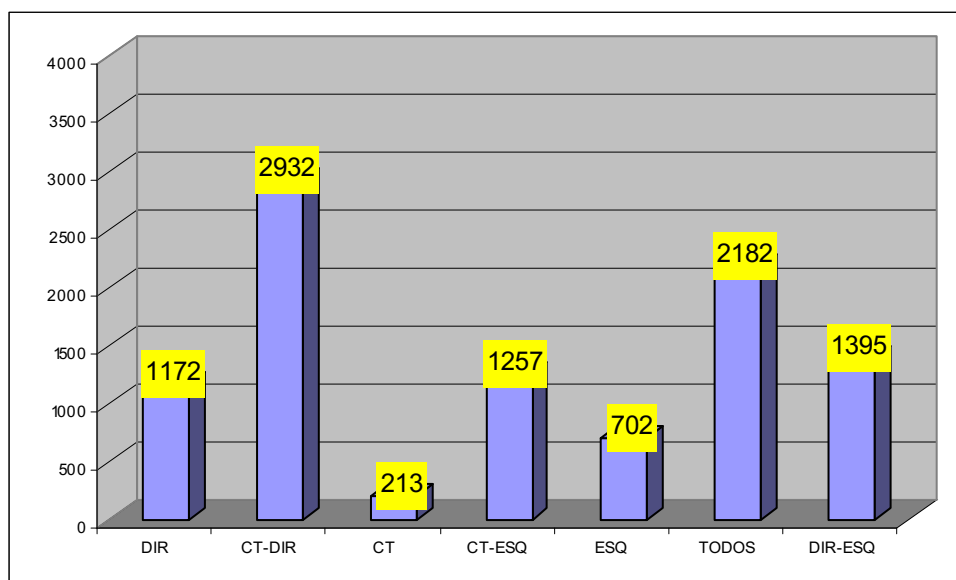
O aumento no número total de coligações corresponde também a um crescimento da complexidade da relação entre as legendas. Em 2000 foram estabelecidos 715 configurações diferentes de coligações entre os 10 maiores partidos. Em 2004, o número de acordos celebrados entre duas ou mais legendas selecionadas para esse estudo aumentou 13,2%, de 9.853 para 11.150, mas as combinações verificadas atingiram 919 combinações distintas, o que representa um aumento de 28,5%.

Tal questão se torna mais complexa em virtude de um aumento significativo do número de legendas de esquerda em uma quantidade maior de cidades. É importante salientar que no ano 2000, com exceção feita ao PL, todos os partidos de direita estiveram presentes em cerca de 3.500 municípios ou mais. No caso das legendas de centro, acompanhadas pelo PFL, esse limite ultrapassou 4.300 cidades. Entre os grupos de esquerda, apenas o PT e o PDT se aproximam de 3.000 municípios, sendo que esse primeiro não celebrou percentual de coligações com os grandes partidos em nível tão representativo quanto os demais. Dessa forma, é possível supor que um menor número de combinações represente uma ausência maior da esquerda nas cidades. Ou seja, em 2000, o quadro pode parecer, como mais adiante será mostrado, melhor organizado em razão da baixa representatividade da esquerda, e não por conta de questões comportamentais e de um respeito ostensivo à ordem ideológica⁷.

⁷ A relativa organização ideológica dos acordos municipais em 2000 talvez responda com maior ênfase à ausência dos partidos de esquerda em parte significativa dos municípios, e não ao respeito vinculado ao espectro. O exemplo da Bahia parece reforçar essa afirmação: nas eleições municipais de 2000 a hegemonia das legendas de direita era tão representativa que em 232, das 417 cidades, ou seja, em 56% dos municípios do

A análise dos alinhamentos entre os partidos pode ser notado inicialmente pelos resultados do gráfico 1, correspondente ao ano 2000. É possível notar, mesmo com as ressalvas anteriores, que no nível municipal as taxas de consistência dos acordos eleitorais não parecem representativas, e corroboram os argumentos de Carreirão (2006) e Jorge (2004), para quem a lógica das alianças se afasta sistematicamente da divisão entre esquerda e direita. Se consideradas as uniões puramente entre partidos de um mesmo espectro será possível notar que elas representam as três menores frequências apresentadas, com predomínio dos acordos de direita em volume superior à soma das alianças puras do centro e da esquerda.

Gráfico 1 – Distribuição das alianças conforme aspectos ideológicos - eleições de 2000



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - em Dantas (2007)

estado, os partidos de esquerda sequer estiveram presentes. As disputas, muitas vezes, se concentraram entre candidatos lançados por uma direita dividida. A ordem, nesse caso, seria explicada pela ausência e não pela preocupação dos partidos em se organizarem ideologicamente.

O que se apreende acerca dos dados das alianças entre partidos em eleições municipais no ano 2000 é que a lógica atrelada ao espectro esquerda x direita aparece de forma relativa, contaminada pela maior presença dos partidos de centro-direita nos cenários locais. Assim, parece possível afirmar que a lógica das coligações pautada na questão apresentada responde apenas parcialmente ao comportamento dos partidos, de forma pouco representativa. Os resultados, inclusive, devem ser vistos com ressalvas, pois podem ser reflexos da sobreposição de desejos locais, constituídos sem a intenção de respeitar aspectos ideológicos, ou ainda responderem aos acordos federais, que em 2000 congregavam direita e centro em torno da base de sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Mesmo a presença mais marcante do centro nos acordos, totalizando mais de dois terços de participação, não parece representar questões ideológicas, e sim a força de suas duas legendas: o PSDB como partido do governo federal e o PMDB como o partido mais presente e vitorioso em número de prefeituras conquistadas⁸. Nesse caso, destaca-se que com um número maior de partidos (quatro) a direita esteve presente em 80% das alianças analisadas. Ou seja, diante dos dados parece prevalecer o pragmatismo pontual, o peso da presença nos municípios e a possibilidade de estabelecer alianças pautadas na interpretação estratégica do uso dessa ferramenta em cada local.

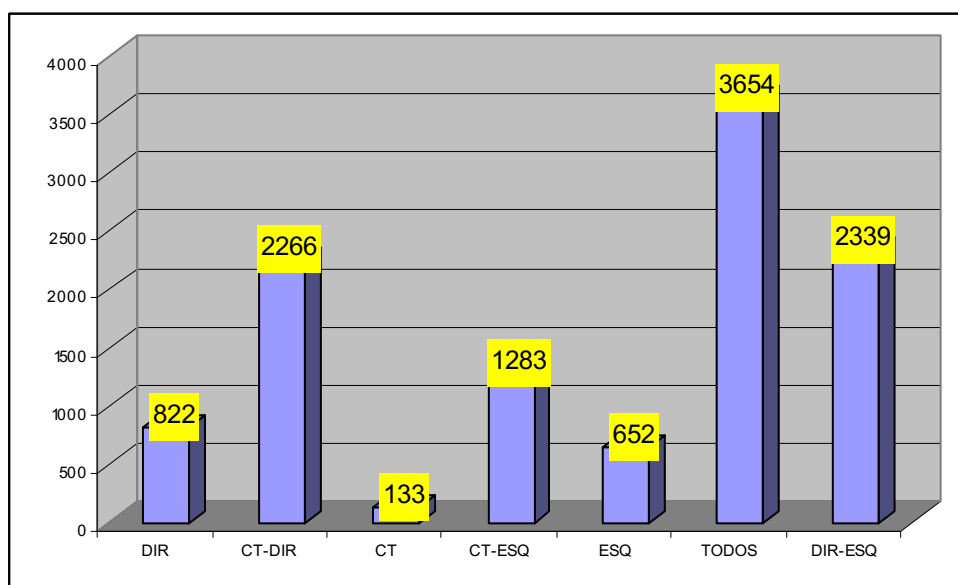
No que diz respeito aos dados de 2004 é possível notar o crescimento do PT nas alianças celebradas por dois ou mais grandes partidos. Importante salientar que a presença dos partidos de esquerda nos municípios aumenta significativamente, situando-se próxima de 3.500 nos casos do PPS e do PDT, e superando 4.500 cidades no exemplo do PT. A exceção é o PSB, presente em pouco mais de 2.500 disputas. Entre as legendas de direita e centro os números superaram 4.000 municípios – excetuando-se o PL. O avanço médio na presença dos partidos de esquerda superou 43%, enquanto à direita a evolução foi de pouco mais de 16%. Diante dessa constatação é possível prever que em maior igualdade de condições prevaleça o aprofundamento da inconsistência sugerida na análise dos dados de 2000.

⁸ Anteriormente destacou-se que o PMDB conquistou cerca de 23% das prefeituras em 2000. Em 1996 esse percentual foi equivalente, chegando a aproximadamente 24%.

Assim, os resultados pautados em aspectos ideológicos teriam peso ainda menor no universo dos acordos.

Com base nas eleições de 2004, o gráfico 2 foi montado sob os mesmos moldes do anterior, que apresentava os números das eleições de 2000. É possível notar que as coligações puras do ponto de vista ideológico diminuem significativamente, sobretudo à direita (-29,9%) e ao centro (-37,6%), apesar de o universo de acordos ter aumentado mais de 13%, de 9.853 para 11.150.

Gráfico 2 – Distribuição das alianças conforme aspectos ideológicos para as eleições de 2004



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - em Dantas (2007)

O que chama mais a atenção no gráfico 2 é o total de alianças inconsistentes em relação aos demais acordos. As quase seis mil coligações entre esquerda e direita (considerando também os acordos celebrados entre todos os lados do espectro) passa a representar aproximadamente 54% das uniões. Tal fato poderia corroborar a hipótese da lógica em torno do governo federal, mas não é intuito desse trabalho investir sobre essa questão – para tanto, ver Dantas (2007).

Além disso, os resultados enfraquecem a idéia de que os partidos de direita se aliam mais. Não que os números não apontem tal fenômeno, mas o avanço da participação das legendas de esquerda atenua as diferenças encontradas em 2000, o que pode indicar que a maior presença desses partidos nos municípios arrefece o que poderia ser uma característica estratégica mais comumente verificada à direita. Diante desses resultados, é possível descartar a tese de que as questões ideológicas tenham alguma relevância na definição do comportamento aliancista dos partidos nas disputas municipais. Esses dados reforçam as conclusões de Carreirão (2006) e Jorge (2004), para quem a consistência dos acordos diminui ao longo das disputas municipais.

Os dados da tabela 3 podem auxiliar na visão acerca da consistência ideológica das coligações com base na realidade pontual dos partidos selecionados. Nota-se que em 2000 três partidos de esquerda – PPS, PDT e PSB – influenciam os resultados apontados pelos gráficos anteriores. O destaque de consistência fica por conta do PT, que em quase um terço de seus acordos se ligou apenas com legendas de esquerda. Os baixos índices dos grupos de centro são explicados pelo fato de mais de 55% das coligações serem formadas por número superior a dois partidos, o que transcende o total de legendas desse espectro, resultando em destaque das uniões “meio consistentes”. Nota-se também a importância dessa “semi-consistência” entre as alianças da direita. Apesar de tal questão é possível verificar que os acordos inconsistentes são significativos, e parecem pesar mais nas realidades das legendas de esquerda em virtude da menor presença dessas organizações nos municípios. Esse argumento sugeriria que em 2000 os partidos tinham um comportamento muito semelhante, com exceção feita ao PT, e utilizavam largamente as coligações em suas estratégias locais, apesar do impacto nacional de tais atitudes.

Em relação às eleições de 2004, é importante notar uma diminuição generalizada nos graus de consistência ideológica de todos os partidos analisados, que atingem índices de queda superiores a 50% nos casos do PT e do PTB. Esse primeiro passa a se comportar como os demais partidos, apontando que seu crescimento, motivado sobretudo pela

conquista da Presidência em 2002, pode ter resultado em um desvirtuamento de suas tendências ideológicas e do fortalecimento da atração causada pelo fenômeno do governismo.

Ainda no que se refere às eleições de 2004, até mesmo os partidos de centro, que registravam em 2000 taxas pouco relevantes de consistência, sofreram reduções em torno de 43% nesse indicador. A queda foi compensada por aumentos extremamente consideráveis no percentual de coligações em todos os lados do espectro ideológico.

Tabela 3 – Consistência das coligações entre grandes partidos por legenda selecionada nas eleições majoritárias municipais de 2000 e 2004

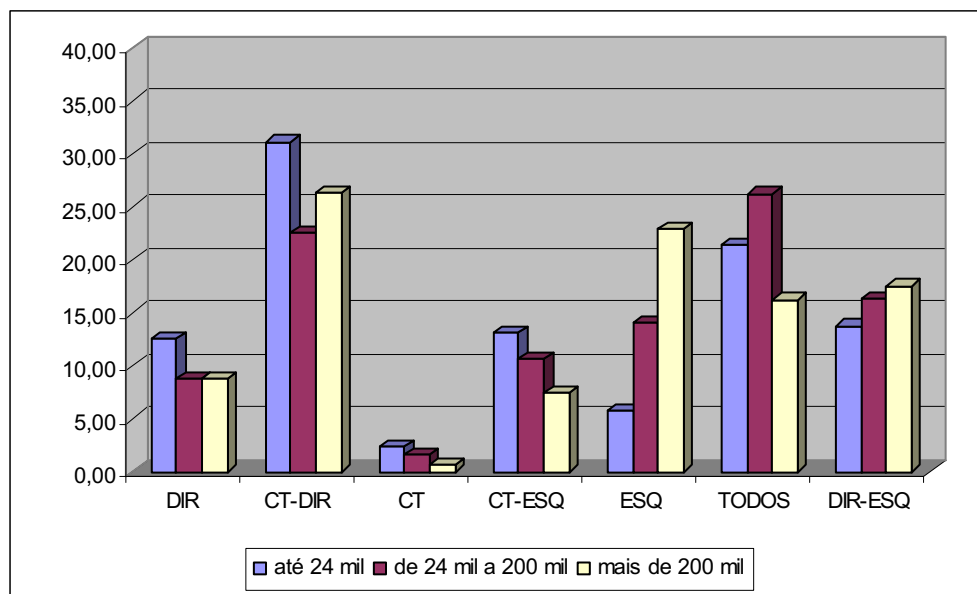
Partido	2000			2004		
	% consistentes	% meio consistentes ¹	% inconsistentes	% consistentes	% meio consistentes ¹	% inconsistentes
PPB	21,62	35,04	43,34	13,06	24,85	62,09
PFL	21,33	38,36	40,31	14,19	27,23	58,58
PL	20,64	31,84	47,52	12,05	20,56	67,39
PTB	19,13	34,93	45,94	8,77	23,20	68,03
PMDB	5,09	63,02	31,89	2,87	47,59	49,53
PSDB	5,56	60,73	33,71	3,13	46,55	50,31
PPS	12,74	21,23	66,02	9,04	14,34	76,62
PDT	13,99	17,97	68,04	7,84	13,69	78,47
PSB	21,50	18,34	60,15	14,75	12,62	72,63
PT	32,92	30,12	36,96	15,55	18,82	65,62

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - em Dantas (2007)

Os dados apresentados sobre as coligações municipais apontam a ausência de um padrão que reproduza a disputa em nível ideológico, representado pela divisão entre esquerda, centro e direita. É possível supor que tais variáveis estejam presentes, mas o crescimento expressivo de 67,5% nas alianças celebradas por legendas de todos os lados do espectro – o que eleva o peso desse tipo de acordo de 22,1% para 32,8% do total – afastam qualquer possibilidade de caracterizar as uniões em eleições municipais como produto de uma lógica semelhante àquela verificada entre esquerda e direita.

Diante de tal constatação, torna-se interessante analisar os argumentos de Braga (2003) sobre o comportamento dos partidos em eleições municipais divididos de acordo com a quantidade de eleitores. A autora afirma que em municípios pequenos (até 24 mil eleitores) e médios (de 24 mil até 204 mil eleitores) o comportamento dos partidos é mais instável; ao contrário, nas grandes cidades (mais de 204 mil eleitores) e capitais os partidos estariam mais próximos do alinhamento nacional. Isto teria a ver com a estratégia de organização dos partidos que se estruturaram primeiro nas capitais e cidades maiores, progressivamente até atingir “todos”⁹ os municípios. Se sua tese estiver correta, alguma lógica surgirá nas maiores cidades, onde os partidos se organizariam de maneira mais coerente. Para os efeitos dessa análise uma pequena alteração será realizada: serão considerados como grandes os municípios com mais de 200 mil eleitores e não 204 mil, em virtude da possibilidade de realização de segundo turno.

Gráfico 3 – Distribuição percentual das alianças segundo tendência ideológica e o tamanho do eleitorado dos municípios - eleições de 2000



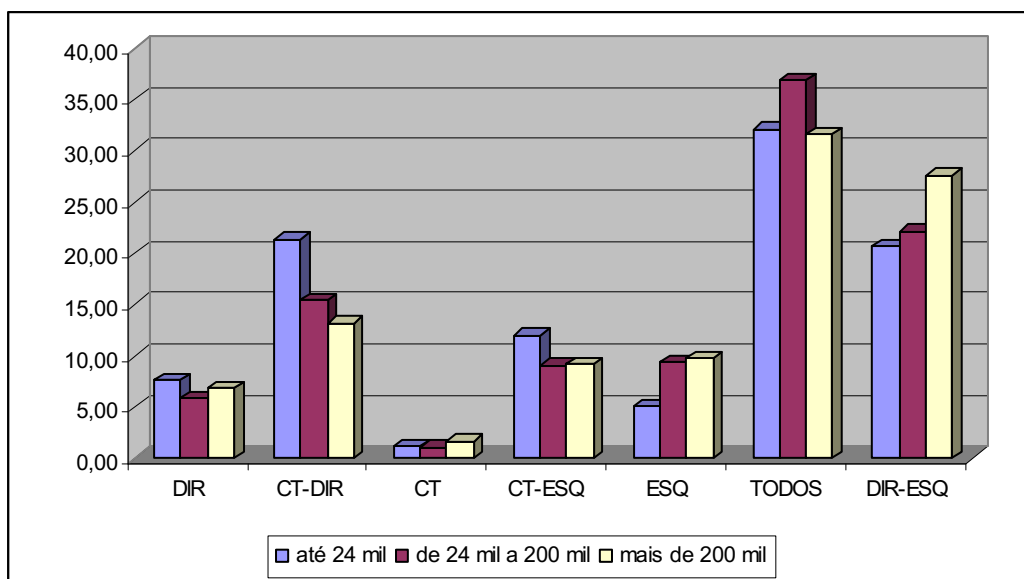
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - em Dantas (2007)

⁹ A palavra “todos” fica por conta de Braga, pois além de não estarem presentes em todos os municípios, não é razoável imaginar que os partidos tendam a se comportar de maneira uniforme em cada uma dessas unidades.

Os dados apresentados no gráfico 3 estão sob o formato de porcentagens. Não é possível afirmar que nas cidades maiores prevaleça lógica absolutamente diferente daquela verificada nas menores localidades. As diferenças são discretas em termos de representatividade no conjunto de acordos. No entanto, é possível notar a existência de algumas tendências. O destaque fica por conta dos partidos de esquerda. Nos municípios com mais de 200 mil eleitores as alianças puramente compostas por essas legendas representam mais de 20% do total de acordos, enquanto o mesmo fenômeno se repete apenas em 5% das cidades menores. Tal aspecto pode guardar relação com os argumentos de Braga (2003), mas parece responder melhor à baixa presença da esquerda em cidades pequenas e à tentativa de consolidação desses partidos, utilizando como apoio nos menores centros o amparo dos grupos mais consolidados – algo que a autora sugere. Complementarmente, nota-se uma relevância maior das uniões de direita e centro-direita nas cidades pequenas, onde as legendas de esquerda ainda não haviam aportado maciçamente.

A configuração do cenário analisado muda de forma significativa em 2004. Como já observado, o aumento da presença da esquerda, a mescla de partidos de ideologias distintas na sustentação ao governo federal e a maior utilização das coligações nas estratégias municipais dos partidos políticos, de um modo geral contribuíram para esta mudança. Os resultados estão apresentados no gráfico 4.

Gráfico 4 – Distribuição percentual das alianças segundo o posicionamento ideológico dos partidos e o tamanho do eleitorado municipal - eleições de 2004



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - em Dantas (2007)

O gráfico aponta a ausência de um padrão definido, quando consideradas as questões relacionadas ao espectro esquerda x direita. As alianças inconsistentes passam a representar mais de 55% dos acordos nas cidades médias e grandes. A significância das uniões celebradas exclusivamente pelos partidos de direita e centro, assim com os acordos entre ambos, perde representatividade. A falta de um ordenamento pautado em aspectos ideológicos indica o cenário das alianças de 2004. A ressalva fica por conta das pequenas cidades, onde os acordos de centro-direita ainda guardam importância, nesse caso expressivamente inferior àquela verificada em 2000. Diante de tais constatações, é possível afirmar que o cenário previsto por Braga (2003) não se repete em 2004. Pelo contrário, a comparação entre os anos indica tendência à inconsistência. Tal afirmação parece corroborar as conclusões de Carreirão (2006) e Jorge (2004), para quem as alianças celebradas em Santa Catarina e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro perdem consistência ao longo dos processos eleitorais analisados.

Diante das questões observadas é possível supor que as variáveis ideológicas não explicam parte significativa do fenômeno das alianças em eleições municipais. Os resultados corroboram as visões de falta de ordenamento. A análise do quadro institucional, que oferece aos partidos um baixo grau de constrangimento em suas uniões locais parece se sobrepor a eventuais interesses ideológicos das legendas.

Conclusão

Os dados apresentados apontaram a inexistência de variáveis capazes de reforçar a idéia de que nos municípios os partidos se coligam em torno dos candidatos à prefeitura seguindo razões de natureza ideológica. Tal resultado faz com que algumas questões sejam apresentadas:

1. Pode não existir um efetivo comportamento dos partidos políticos brasileiros pautado em questões ideológicas, ou seja, aos partidos tal divisão pode ser irrelevante;
2. A divisão ideológica dos partidos políticos brasileiros pode estar desgastada, havendo necessidade de um novo olhar sobre o assunto – tese enfraquecida pela multiplicidade de combinações entre as legendas;
3. O alinhamento entre os partidos respeita outros aspectos nacionais, aspectos estaduais ou ainda lógicas municipais próprias, lembrando que as legendas são as ferramentas necessárias à apresentação de candidaturas, e em muitas cidades os aspectos locais teriam que se “adaptar” às questões nacionais para que as eleições ocorram.

Reforçam a tese de desordem ideológica os dados apresentados na tabela 4. Os números não estão relacionados mais às coligações de forma geral, mas sim marcam o que Schmitt (1999) chamou de associação binária: acordo entre dois partidos, a despeito do restante da configuração de uma aliança. Assim, por exemplo, se uma coligação é composta por quatro partidos – A, B, C e D – serão formadas seis associações binárias: A com B, A com C, A com D, B com C, B com D e C com D. Os números representam o percentual de

cidades em que os partidos estiveram juntos em 2004, se comparados aos dados obtidos em 2000. Não existe um cruzamento negativo sequer, isso significa que todas as associações binárias aumentaram, ou seja: os partidos se aproximaram mais, utilizando com maior frequência as coligações, e aumentaram suas presenças nas cidades (exceção ao PFL), o que pode ser resultado do fato de as alianças agregarem número maior de legendas em apoio a um determinado candidato. Os cruzamentos destacados em cores mais escuras indicam maior crescimento, e tal comportamento está associado à aliança entre o PT e os partidos de direita, principalmente. A tese de que os partidos de esquerda estiveram mais presentes nas cidades e que o PT mudou seu comportamento na disputa de prefeituras reforça a idéia de que os aspectos ideológicos se perderam entre 2000 e 2004, sendo que nesse primeiro ano já havia enfraquecimento dessa tendência.

Tabela 4 – Evolução percentual das associações entre os partidos utilizando como base as eleições de 2004 em relação a 2000

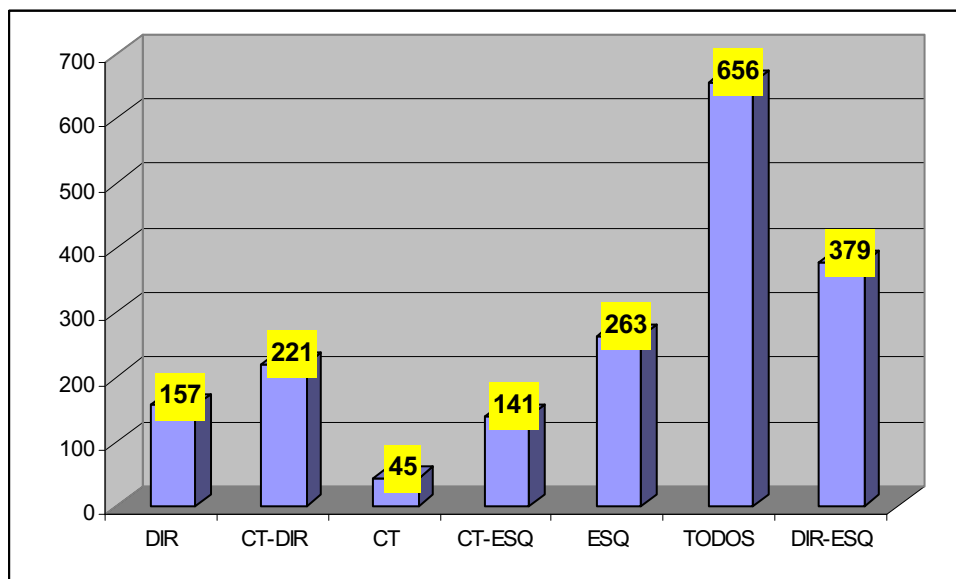
	PP(B)	PFL	PL	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
PP(B)	---									
PFL	2,23	---								
PL	80,35	54,25	---							
PTB	18,98	16,70	72,22	---						
PMDB	16,17	6,12	66,24	31,00	---					
PSDB	25,02	12,90	67,51	31,84	7,19	---				
PPS	48,72	63,35	135,24	93,43	49,65	34,47	---			
PDT	51,15	44,84	119,15	67,85	36,06	54,87	69,10	---		
PSB	71,53	54,79	130,24	97,98	50,80	37,80	48,54	46,61	---	
PT	291,85	251,83	362,83	260,94	119,03	99,78	109,32	66,16	69,09	---

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - em Dantas (2007)

Diante desse crescimento da presença das legendas de esquerda como possível fator capaz de explicar um aumento da desordem entre 2000 e 2004, foi possível propor um exercício final. Foram isoladas as cidades brasileiras em que todos os 10 grandes partidos estiveram presentes simultaneamente em 2004. Ao todo são apenas 658 municípios, ou seja, cerca de 12% do total de cidades. Nessas localidades, foram apresentados 2.108 candidatos sob coligações, sendo que 1.862 envolviam os grandes partidos. O gráfico 5 aponta a

distribuição ideológica dessa alianças. O principal objetivo é mostrar o que ocorre quando efetivamente todos os partidos analisados estão na disputa.

Gráfico 5 – Distribuição das alianças conforme aspectos ideológicos para as eleições de 2004 – cidades em que os 10 partidos participaram



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

É possível notar que a mescla entre todas as tendências – esquerda, centro e direita – responde por mais de um terço dos acordos. Se somado aos acertos entre centro e direita é possível alcançar 56% do total de alianças analisadas. Em relação aos resultados do gráfico 2, que toma todo o universo dos acordos dos grandes partidos para 2004, é possível notar um peso maior nos acordos unicamente celebrados pelas legendas de esquerda, o que pode explicar um possível respeito ideológico que, no entanto, não tem peso significativo sobre o universo de inconsistência. Também é possível destacar uma diminuição no peso das alianças de centro-direita, nesse caso sendo possível a verificação de um aumento percentual das alianças entre todos os espectros, lembrando que os dez partidos estão na disputa dessas 658 cidades tomadas como exemplo.

Tal resultado simboliza o peso da inconsistência dos acordos nas cidades em que os 10 grandes partidos políticos disputam a prefeitura. Essa questão pode reforçar a tese de Maurice Duverger, para quem eleições majoritárias de turno único tendem à bipolarização. Se no Brasil existiam 27 partidos disputando as eleições em 2004, e mais de 98% das cidades não poderiam ter segundo turno por questões legais, seria esperada a ocorrência de alianças, no mínimo, semi-inconsistentes. Importante lembrar que até mesmo nas cidades onde pode haver segundo turno – com mais de 200 mil eleitores – os gráficos 3 e 4 apontaram relativa desordem ideológica.

Dessa forma, os resultados obtidos parecem espelhar apenas mais uma das grandes características de nosso sistema político, eleitoral e partidário, sendo possível afirmar que nas eleições majoritárias municipais as questões ideológicas não têm peso significativo sobre os acordos. Tomando como base a informação verdadeira de que as coligações são utilizadas com cada vez mais frequência, é possível reforçar a tese de Kinzo (2004), para quem as alianças fazem parte das estratégias partidárias e são utilizadas de forma pragmática e generalizada.

Trabalhos futuros devem considerar aspectos relacionados ao governismo para uma investigação da lógica das coligações, mas sobretudo aspectos estaduais e regionais, como sugere Dantas (2007), que avança de forma bastante consistente na análise por unidade federativa dos acordos municipais.

Outra relevante questão diz respeito à apreensão da estratégia de alianças dos partidos em eleições municipais. Parece possível supor que tal cenário pode ser compreendido como uma consequência da nacionalização de um sistema multipartidário fragmentado. Isso por que, para se implantar nacionalmente, as legendas precisam se estabelecer em um maior número possível de municípios. Diante de tal desafio, se todos os partidos adotarem essa mesma estratégia – o que é possível dizer que ocorre diante dos dados que apontam a expansão da presença das legendas nas cidades brasileiras – a quantidade dessas organizações em cada município será grande. Como, apesar de um aumento no

número de partidos por cidade, a média de candidatos por município se mantém estável, a lógica de atuação municipal estará pautada na obrigatoriedade de celebração de alianças, uma vez que em eleições majoritárias existem poucas candidaturas consideradas viáveis. Se nesse caso todos os partidos estão na mesma situação, eles têm que agir da mesma maneira, negociando o apoio às candidaturas mais fortes em cada município, entrando na composição como vice, se apresentando como opção para o pleito proporcional, esperando a promessa de apoio nas eleições seguintes para o nível estadual e federal, ou ainda se amparando na possibilidade de divisão dos benefícios trazidos pela conquista da prefeitura.

Referências Bibliográficas

AMORIM NETO, O., SANTOS, F. “A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil”. Revista Dados, vol. 44, n. 2, 2001.

BRAGA, M. S. S. **O processo partidário eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao DCP-USP, 2003.

CARREIRÃO, Y. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p.136-163, abril/maio 2006.

DALMORO, J., FLEISCHER, D.. “Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade”, in Krause S., Schmitt R. (org) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

DANTAS, H. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao DCP-USP, 2007.

DANTAS, H., PRAÇA, S. “Os pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000”, in Revista Leviatã, número 1. São Paulo, Hucitec DCP-USP, 2004.

DANTAS, H., PRAÇA, S. “Os pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas alianças municipais em 2000 e 2004”. Paper apresentado no 13º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2007.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FIGUEIREDO, A.C. e LIMONGI, F. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994". In. Revista Dados, vol. 38, nº 3, pp. 497-524, 1995.

FLEISCHER, D. “As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)”. In. Opinião Pública, v 8, n 1, Campinas, 2002.

JORGE, V. L. “Participação eleitoral, partidos e candidatos nas disputas pelas prefeituras dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1992 a 2000”. Alceu, volume 4, número 8, pág. 168 a 190, jan/jun, Rio de Janeiro, 2004.

KINZO, M. D. “Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil”, in Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, 57, São Paulo, fevereiro de 2005.

KINZO, M. D. “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85”, in Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, 54, São Paulo, fevereiro de 2004.

KINZO, M. D. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1993.

KRAUSE, S. “Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994 – 1998 – 2002): coligações eleitorais x nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro”, in Krause S., Schmitt R. (org) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

LIMA JR. O. B. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. Loyola, São Paulo, 1993

LIMA JR., O. B. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)**. Loyola, São Paulo, 1983.

LIMONGI, F., FIGUEIREDO, A. “Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”, in *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 3, Rio de Janeiro, 1995.

MACHADO. A. “A lógica das coligações no Brasil”, in Krause S., Schmitt R. (org) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários e novas democracias: o caso do Brasil**. FGV, Rio de Janeiro, Mercado Aberto, Porto Alegre, 2001.

MARTINS JR., J. P. **A trajetória do PTB e o jogo de alianças eleitorais: 1945-1964**. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política da FFLCH da Universidade de São Paulo, 2001.

MENEGUELLO, R. A face dominante da esquerda brasileira: avanços, mudanças e dilemas do Parti dos Trabalhadores. In. Cadernos Adenauer, ano IV, número 01, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2003.

NEPOMUCENO SILVA, J. **As alianças e coligações partidárias**. Del Rey, Minas Gerais, 2003.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partidos**. Alianza Editorial, Madrid, 1990.

PORTO, W. C. **Dicionário do voto**. UNB, Distrito Federal; Imprensa Oficial de São Paulo, São Paulo, 2000.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol. 17, no. 48, pp. 31-47, 2002b.

SCHMITT, R. “Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira”, in Krause S., Schmitt R. (org) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

SCHMITT, R. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. Rio de Janeiro, Tese de doutorado apresentada ao IUPERJ, 1999.

SCHMITT, R. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*, n. 54, 1999.

SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

SOARES, G. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, julho 1964.

SOUSA, V. “O comportamento das coligações eleitorais entre 1954 e 1962: pleitos majoritários coincidentes com proporcionais”, in Krause S., Schmitt R. (org) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.